

CONTRATO Nº 008/CEGÁS/2023  
PROCESSO SCDOC Nº 9189/2023

CONTRATO DE PATROCÍNIO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ -  
CEGÁS, E A PATROCINADA FORTALEZA ESPORTE  
CLUBE, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475 – Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 73.759.185/0001-96, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** ora **PATROCINADOR**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo** e o Diretor-Presidente **Miguel Antonio Cedraz Nery**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e a empresa **FORTALEZA ESPORTE CLUBE**, com sede na Avenida Senador Fernandes Távora, 200 – Bairro Henrique Jorge – CEP: 60.510-290, Fortaleza – Ce., Fone: (85) 9.9977.81.38, inscrita no CNPJ sob nº 07.319.551/0001-61, doravante designada simplesmente **CONTRATADO** ora **PATROCINADO**, neste ato, representada pelo(a) Presidente da Diretoria Executiva **Marcelo Cunha da Paz**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza-Ceará, pelo Diretor Jurídico **Germano Monte Palácio**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza-Ceará e o Diretor Financeiro **Maurício Braga de Oliveira**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza-Ceará doravante designada simplesmente **CONTRATADO(A)** ora **PATROCINADO(A)**, **RESOLVEM** celebrar este contrato, em conformidade com as disposições contidas no processo administrativo, mediante as Cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o § 3º do Art. 27 da Lei 13.303/2016, Inciso II, §§ 1º e 2º, Decreto nº 34.567/2022, Lei 15.700/2014, independente de transcrição, e na Proposta Administrativa de Patrocínio, que constitui parte integrante e complementar deste instrumento contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato o Patrocínio ao projeto “**Escolinha de Futebol Feminino Leões do Futuro**”, conforme especificações constantes no processo administrativo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O patrocínio é firmado no valor, fixo e irrevogável, de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, provenientes de incentivo fiscal, destinado exclusivamente aos fins previstos na cláusula segunda deste instrumento, e será repassado mediante crédito em conta corrente a ser formalmente indicada pelo(a) **PATROCINADO(A)**.

3.2. O desembolso do valor ajustado na presente cláusula será originado de incentivos fiscais.

3.3. A liberação dos recursos dar-se-á mediante o atendimento das seguintes exigências:

- a) Apresentação da certidão negativa de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais, trabalhistas, certidão de regularidade junto ao FGTS do(a) **PATROCINADO(A)**, bem como com a situação regular junto ao SERASA;
- b) Assinatura do presente contrato por ambas as partes;
- c) Publicação do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE).
- d) Apresentação pelo beneficiário do CEFIC (Certificado de Incentivo Fiscal) emitido pela SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ;
- e) Verificação do limite de 2% do ICMS mensal apurado pela contabilidade da **PATROCINADORA**.

3.4. É vedado ao (à) **PATROCINADO(A)** promover aplicação financeira dos recursos de que trata esta Cláusula, os quais devem ser integralmente revertidos para o cumprimento do objeto do presente Contrato de Patrocínio.

3.5 O depósito poderá ocorrer ainda de forma parcelada até o prazo de validade do CEFIC correspondente, mediante a verificação dos limites apurados pela GCONT, bem como pela conveniência e disposição orçamentária da PATROCINADORA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PERÍODO VIGÊNCIA E DE REALIZAÇÃO DO PROJETO

4.1. O prazo de execução e vigência contratual é de **14 (quatorze) meses** contados a partir da data da celebração deste instrumento contratual.

4.2. O prazo de execução do presente contrato é de **12 (doze) meses** contado após publicação no DOE o extrato deste instrumento contratual, prazo este em que o objeto a ser executado deverá ser realizado.

4.3. O contrato poderá ser prorrogado nos termos dos art. 71 e 72 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 173 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PATROCINADORA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O PATROCINADOR realizará o pagamento através de depósito bancário do valor do patrocínio na **agência bancária nº 2937-8, conta corrente nº 38.246-9 do Banco do Brasil**, em favor da CONTRATADA.

5.4. Só poderão ser beneficiados com o patrocínio pela PATROCINADORA os proponentes que estiverem regulares conforme a Cláusula 3.3. Exigências necessárias, também, para a liberação de parcelas, quando for o caso.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. O PATROCINADO obriga-se a:

6.1.1. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito do PATROCINADOR.

6.1.2. Em contrapartida, o (a) **PATROCINADO(A)** se compromete a garantir ao **PATROCINADOR**, durante o período de realização do projeto, o seguinte:

a) - Aplicação da logomarca do patrocinador nas peças e quantidades seguintes: 500 camisas alunas, 80 camisas dos profissionais, 50 bonés, 400 squeeze, 400 shorts alunos, 400 coletes, 500 folders, 100 cartazes, 01 backdrop – eventos, 02 faixas de quadra.

6.1.3. Apresentar relatório com todo o material promocional e de divulgação do evento para ciência e aprovação da PATROCINADORA e recibo de demonstrativo da realização do objeto contratual para prestação de contas.

6.1.4. Responsabilizar-se por todas as ações necessárias à boa execução do evento/projeto;

6.1.5. Prestar contas, no prazo e na forma estabelecidas na Cláusula Oitava;

6.1.6. Fornecer registros comprobatórios da realização do objeto deste contrato de Patrocínio, em até 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, quando requerido pelo PATROCINADOR, sem prejuízos da comprovação exigida a título de prestação de contas (Cláusula Oitava);

6.1.7. Responder por eventuais ações judiciais ajuizadas por terceiros em decorrência de violações de direitos autorais ou de imagem, de veiculação de informações inconsistentes ou fornecidas indevidamente, de quaisquer pleitos de sócios, dirigentes ou funcionários da Patrocinada, bem como requer a exclusão do Patrocinador dos processos e arcar com quaisquer valores a que este seja eventualmente condenado em virtude de tais demandas;

6.1.8. Obter o prévio e expresso consentimento do PATROCINADOR para eventual publicidade de quaisquer relatórios, ilustrações ou detalhes relacionados ao objeto do instrumento específico de contratação.

6.1.9 Apresentar à PATROCINADORA e à secretaria estadual correspondente informações semestrais e relatórios de execução, com fotos e/ou vídeos, detalhando as ações e itens realizados por meio de documentos hábeis à verificação, preferencialmente por meio digital.

6.2. O PATROCINADOR obriga-se a:

6.2.1. Efetuar o depósito referente ao patrocínio do objeto contratual, nos termos da Cláusula Quinta deste termo;

6.2.2. Fiscalizar o cumprimento do objeto deste contrato, exigindo que o mesmo seja prestado dentro de elevado padrão de qualidade; e

6.2.3. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito do PATROCINADO.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

7.1. O PATROCINADO(A), no prazo de 40 (quarenta) dias da realização do projeto, deverá apresentar ao PATROCINADOR a comprovação da realização da iniciativa patrocinada e das contrapartidas previstas na Cláusula Sétima deste contrato. Tal constatação pode ser representada pelos meios abaixo, conforme o caso:

- a) Exemplares de peças gráficas;
- b) Arquivo eletrônico (DVD, CD, PENDRIVE);
- c) Trecho de registro audiovisual do evento;
- d) Prints de site, jornais, redes sociais ou releases na imprensa demonstrando citações ao nome da PATROCINADORA;
- e) Fotografias que contenham as contrapartidas de imagem(logo) em objetos físicos, gráficos, peças ou espaços utilizados pela PATROCINADORA;
- f) Exemplares de notas fiscais, faturas ou recibos de serviços usados pela entidade.

7.2. A PATROCINADORA se reserva o direito de aceitar outras formas de comprovação de execução das contrapartidas, diferentes das previstas nesta Cláusula, desde que aprovadas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.

7.3 Quando do recebimento do valor depositado pela PATROCINADORA, emitir recibo no valor recebido em conta específica do projeto verificando a competência da dedução do ICMS junto à PATROCINADORA.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agente público da PATROCINADORA especialmente designados, quando da aprovação da assinatura do contrato.

8.2. O gestor e o fiscal do contrato, com a indicação da função exercida, serão nomeados pela Diretoria Executiva da PATROCINADORA, por meio de Ata de Reunião da DIREX, nos termos do § 1º do art. 196, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILCS da PATROCINADORA.

8.3. O PATROCINADO é responsável pela condução do projeto objeto deste patrocínio e o orientador ou executor das ações que objetivam a completa execução do objeto ora patrocinado;

8.3.1. O PATROCINADO reconhece o direito de o PATROCINADOR fiscalizar a qualquer tempo, através dos representantes acima citados, a execução do projeto ora patrocinado, estando autorizados, desde a assinatura do presente instrumento, a fiscalização local e o acesso a documentos necessários ao cumprimento desta finalidade;

8.3.2 Compete ao representante do PATROCINADO manter perfeito e permanente intercâmbio de informações com o PATROCINADOR sobre a execução das atividades atinentes a este Contrato de Patrocínio;

8.3.3. Decorrente da fiscalização exercida pelo(s) representante(s) do PATROCINADOR, este poderá, quando julgar conveniente, reorientar ações e acatar, ou não, as justificativas relacionadas a qualquer alteração porventura dada ao projeto;

8.3.4. A faculdade referida no subitem anterior não afasta e nem isenta o PATROCINADO da responsabilidade de atuar para o cumprimento do projeto, possuindo autonomia para a prática de atos lícitos na busca do resultado final da obrigação que ajusta neste instrumento.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES**

9.1. O PATROCINADO assume, exclusivamente, os riscos e as despesas decorrentes do evento/projeto ora patrocinado;

9.2. O PATROCINADOR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo(a) PATROCINADO(A) com terceiros, nem lhe serão atribuídos quaisquer ônus, direitos ou obrigações

vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, cujas responsabilidades caberão exclusivamente ao PATROCINADO(A).

9.3. O(A) PATROCINADO(A) deverá devolver à PATROCINADORA, imediatamente após sua ciência do fato, a quantia referente a parcela recebida a título de patrocínio, caso o evento aqui previsto, por qualquer motivo deixe de ocorrer.

9.4. O(A) PATROCINADO(A) deverá comunicar a PATROCINADORA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o adiamento ou não realização do evento, cabendo à esta a aceitação ou não dos argumentos apresentados, e caso não sejam aceitos, o patrocinado deverá devolver a quantia referente a parcela recebida, devidamente corrigida pelo IPCA.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

10.1. A Entidade Beneficiária (executora) do projeto declara que não se encontram em situação de mora ou inadimplência perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta. Declaram também que não existe sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos das entidades ou de seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz), trabalho escravo (ou análogo), assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Entidade BENEFICIÁRIA (ou seus dirigentes), observado o devido processo legal.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da PATROCINADORA e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à PATROCINADORA, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da PATROCINADORA. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da PATROCINADORA, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações. A CONTRATADA não deverá repassar ou disponibilizar os dados pessoais passados pela CONTRATANTE para qualquer terceiro sem a sua prévia e expressa anuência.

d) Caso necessários, auxiliar a PATROCINADORA na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei. A CONTRATADA deverá cooperar com a CONTRATANTE e tomar todas as medidas cabíveis para auxiliar o CONTRATANTE e as autoridades competentes a investigar, mitigar e remediar o incidente ocorrido. Cada parte deve manter todas as informações deste Contrato sob sigilo e não deve compartilhar e disponibilizar tais informações com terceiros sem a prévia autorização expressa da outra parte.

e) Conforme previsão legal, fornecer informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados.

f) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros

Contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da PATROCINADORA assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à PATROCINADORA. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

g) Garantir que o titular dos dados pessoais possa revogar o consentimento para tratamento de seus dados pessoais, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020. Mas, o Titular deve ficar ciente de que a Controladora poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

- i) Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;
- ii) Para procedimentos de admissão e execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;
- iii) Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- vi) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- vii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da PATROCINADORA, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

11.2. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a PATROCINADORA para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

11.3. A CONTRATADA deverá notificar a PATROCINADORA em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pelo CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

11.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à PATROCINADORA e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ÉTICA E INTEGRIDADE / CONFORMIDADE**

12.1. A CONTRATADA deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se em não praticar quaisquer atos lesivos à PATROCINADORA, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 e outras normas de licitações e contratos aplicáveis à PATROCINADORA.

12.2 A CONTRATADA deverá pautar sua atuação nos princípios éticos e compromissos definidos no "CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE" da PATROCINADORA, disponível para download no sítio eletrônico da PATROCINADORA. Dessa forma, não caberá ao CONTRATADA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei nº 12.846/2013.

12.3 A CONTRATADA, sem excluir o dever da PATROCINADORA, está obrigada a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu

nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

12.4 A CONTRATADA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na PATROCINADORA, dentre os quais:

- a. <https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria>;
- b. [ouvidoria@cegas.com.br](mailto:ouvidoria@cegas.com.br);
- c. Telefone ouvidoria: (85) 3266.6924;
- d. [comissao.etica@cegas.com.br](mailto:comissao.etica@cegas.com.br);
- e. [cae@cegas.com.br](mailto:cae@cegas.com.br);

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANTICORRUPÇÃO

13.1 Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as Partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido no Código de Conduta e Integridade da PATROCINADORA, disponibilizado no sítio eletrônico desta Companhia, assim como com o estabelecido na Lei Nº 12.846, de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

13.2 As Partes declaram, na data de entrada em vigência deste Contrato, que as mesmas, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem de qualquer tipo (ou que tenha ficado implícito que irão ou poderão fazer qualquer coisa desta natureza a qualquer momento no futuro) de alguma forma relacionada ao Contrato e que tomaram as medidas razoáveis para prevenir subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeito ao seu controle ou à sua influência de fazê-lo.

13.3. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados com este Contrato, ao longo de sua vigência e após, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante ajam da mesma forma.

13.4. As Partes declaram que vedarão as práticas seguintes a qualquer momento e de todas as formas, em relação a prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência, funcionários públicos a nível internacional, nacional ou local, partidos políticos, partidos oficiais ou candidatos a cargos políticos, diretores, executivos ou empregados de partidos, quer estas práticas sejam envolvidas direta ou indiretamente, inclusive através de terceiros:

a) Suborno: é o ato de oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer valor indevido ou outras vantagens, por ou para qualquer das pessoas acima listadas ou para qualquer outra pessoa a fim de obter ou reter o negócio ou outras vantagens impróprias, em conexão com contratos públicos ou privados, licenças regulatórias, tributação, taxas alfandegárias, procedimentos judiciais e legislativos.

A prática de suborno não se limita ao descrito, mas frequentemente inclui:

- i) repasse de parte do pagamento do contrato a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais ou aos empregados da outra Parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios, ou,
- ii) O uso de intermediários como agentes, subcontratadas, consultores ou outros terceiros, para canalizar o pagamento a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais, ou aos empregados da outra parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios.

b) Extorsão ou Solicitação: é a exigência de um suborno, seja ou não acoplado a uma ameaça se a exigência é recusada. Cada parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é encorajada a reportar tais tentativas através dos meios formais ou informais de comunicação, a menos que tal relatório seja considerado contraproducente dadas as circunstâncias.

c) Tráfico de Influências: é o ato de oferecer ou solicitar uma vantagem indevida por meio do exercício de influência imprópria, real ou suposta com o objetivo de obter uma vantagem indevida para si ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem dos proventos das práticas corruptas acima mencionadas: é a ocultação ou disfarce da origem ilícita, da fonte, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, sendo que tal propriedade é produto de crime. Em respeito aos terceiros, sujeitos ao controle ou influência determinante de uma Parte, incluindo, mas não limitado aos fiscais do Contrato, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratadas, franqueados, advogados, contadores ou intermediários similares, atuando a favor da Parte no que diz respeito ao marketing ou vendas, a negociação dos contratos, a obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou qualquer ação que beneficie a parte ou os subcontratadas, as Partes se comprometem a instruí-los a:

- i. não participar ou tolerar qualquer ato de corrupção;
- ii. não usar suas posições para a condução de práticas de corrupção; contratá-los apenas na extensão necessária para a condução regular dos negócios das Partes;
- iii. não pagar mais do que a remuneração adequada ao legítimo serviço.

13.5. O descumprimento dos deveres estipulados nos itens antecedentes ensejará a abertura de procedimento administrativo contraditório para apurar a conduta da Parte que violar o referido dispositivo. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nestas cláusulas, a Parte poderá notificar a outra Parte e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável. Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa provando que quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

13.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente às providências descritas no item acima, suspender o contrato ou encerrá-lo, considerando que todo o montante contratualmente até a suspensão ou término do Contrato continuarão devidos, na medida do permitido pela lei aplicável.

13.7. Além do disposto acima, após a apuração dos fatos pela PATROCINADORA, o resultado será publicado no Diário Oficial, dando-se ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à PGE para eventuais medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a PATROCINADORA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

I – Advertência: Repreensão por escrito imposta ao PATROCINADO(A) por falta leve na execução do contrato;

II – Multas, estipuladas na forma do subitem 14.4., deste contrato.

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a PATROCINADORA pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

14.2. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 14.1, deste contrato, poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

14.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das cláusulas contratuais.

14.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso do reembolso da parcela recebida até o 30º (trigésimo) dia, sobre este valor;
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso do reembolso da parcela recebida superior a 30 (trinta) dias, sobre este valor. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;

- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela recebida, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;

14.5. A(s) multa(s) a que porventura o PATROCINADO(A) der causa será(ão) cobrada(s) através de documentos de cobrança, reservando-se a PATROCINADORA o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

14.5.1. O PATROCINADO(A) recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão PATROCINADOR. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

14.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução do objeto do contrato, este deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

14.8. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pelo PATROCINADO(A) ensejará sua rescisão pela PATROCINADORA, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

15.2. Considera-se em mora o PATROCINADO(A), pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

15.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- IV – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- V – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal do(a) PATROCINADO(A);
- VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;
- VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a PATROCINADOR e exaradas no processo administrativo a que se refere neste contrato;
- IX – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do Patrocínio, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- X – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

15.4. A rescisão deste contrato poderá ser:


- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII e XI do subitem anterior;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a PATROCINADORA;
- III – Judicial, nos termos da legislação;


**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do PATROCINADOR, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza-CE, 17 de outubro de 2023 | 15:56 BRT


DocuSigned by:  
  
37CBB121D5D64F5...  
**MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY**  
Diretor-Presidente  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:  
  
6E5C9CE946FF4F3...  
**LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:  
  
3A39F55F9FFE412...  
**MARCELO CUNHA DA PAZ**  
Presidente da Diretoria Executiva  
Fortaleza Esporte Clube

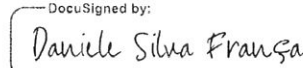
DocuSigned by:  
  
30413FA39D654CF...  
**GERMANO MONTE PALÁCIO**  
Diretor Jurídico  
Fortaleza Esporte Clube

**TESTEMUNHAS:**

DocuSigned by:  
  
6EF278BD000E421...

NOME: PAULO SERGIO SOUTO MOTA

CPF: 35985380300

DocuSigned by:  
  
10EGD44ECG704F3...

NOME: Daniele Silva França

CPF: 63227398320



**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: C4C651997C6C41EE831C0429897A618E

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: CT-008-2023-Patrocínio Escolinha de futebol-FORTALEZA ESPORTE.doc

Envelope fonte:

Documentar páginas: 9

Assinaturas: 6

Certificar páginas: 6

Rubrica: 57

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Tony Cardoso

Rua Santo Antonio no 17, Sala F

Eusebio, CE 61760-000

tony.cardoso@cegas.com.br

Endereço IP: 187.120.48.242

**Rastreamento de registros**

Status: Original

16/10/2023 15:31:29

Portador: Tony Cardoso

tony.cardoso@cegas.com.br

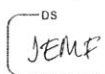
Local: DocuSign

**Eventos do signatário**

José Eduardo Marzagão Filho

jose.marzagao@cegas.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

**Assinatura**

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.120.48.242

**Registro de hora e data**

Enviado: 16/10/2023 15:44:35

Visualizado: 17/10/2023 08:45:58

Assinado: 17/10/2023 08:47:01

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 17/10/2023 08:45:58

ID: 25e48c87-53a1-4450-9575-65b74e81a556

Daniele Silva França

daniele.franca@cegas.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



40ECD41ECC704F2...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.120.48.242

Enviado: 17/10/2023 08:47:05

Visualizado: 17/10/2023 09:16:16

Assinado: 17/10/2023 09:20:23

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 17/10/2023 09:16:16

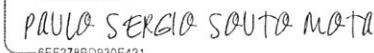
ID: afea1278-e27d-425f-a0ff-2c2cbfc39342

PAULO SERGIO SOUTO MOTA

paulo.mota@cegas.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



6EF278BD930E421...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.120.48.242

Enviado: 17/10/2023 08:47:05

Visualizado: 17/10/2023 09:09:19

Assinado: 17/10/2023 09:09:51

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 08/12/2021 10:26:59

ID: f44e4ce2-700d-4e38-b31c-b5c356cea60c

Germano Monte Palácio

germano@fortalezaec.net

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



30413EA89D894CF...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.51.75.249

Assinado com o uso do celular

Enviado: 17/10/2023 13:39:29

Visualizado: 17/10/2023 14:30:48

Assinado: 17/10/2023 14:31:12

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 17/10/2023 14:30:48

ID: 22eace12-8cd3-44bd-b2ae-fd49090ebcdd

marcelocpaz@gmail.com  
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

3A39F55F9FFE412...

Visualizado: 17/10/2023 15:16:35  
Assinado: 17/10/2023 15:16:56

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo  
Usando endereço IP: 177.37.250.128  
Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:  
Aceito: 17/10/2023 15:16:35  
ID: 747f3449-d628-48d9-95f5-9250d23b908b

Leandro Petsold dos Santos Araújo  
leandro.araujo@cegas.com.br  
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
Leandro Petsold dos Santos Araújo  
6E5C9CE948FF4E3...

Enviado: 17/10/2023 15:17:04  
Visualizado: 17/10/2023 15:34:22  
Assinado: 17/10/2023 15:34:40

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
Usando endereço IP: 187.120.48.242

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:  
Aceito: 17/10/2023 15:34:22  
ID: 9ca3ecc5-9512-4a58-9a4d-912e8ca77dd9

Miguel Antonio Cedraz Nery  
miguel.nery@cegas.com.br  
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
Miguel Antonio Cedraz Nery  
37CBB121D5D84F5...

Enviado: 17/10/2023 15:34:47  
Visualizado: 17/10/2023 15:55:44  
Assinado: 17/10/2023 15:56:23

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
Usando endereço IP: 187.24.228.254

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:  
Aceito: 09/03/2023 09:01:43  
ID: 9199bd65-e1ef-4aa5-8876-8050619aad09

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Elizabeth Wanderley elizabeth.wanderley@cegas.com.br Técnica de Processos Organizacionais CEGÁS Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 17/10/2023 15:56:29 Visualizado: 17/10/2023 16:47:10
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope Envelope enviado	Status Com hash/criptografado	Carimbo de data/hora 16/10/2023 15:44:35

Envelope atualizado	Segurança verificada	17/10/2023 13:39:28
Envelope atualizado	Segurança verificada	17/10/2023 13:39:28
Envelope atualizado	Segurança verificada	17/10/2023 13:39:28
Entrega certificada	Segurança verificada	17/10/2023 15:55:44
Assinatura concluída	Segurança verificada	17/10/2023 15:56:23
Concluído	Segurança verificada	17/10/2023 15:56:29

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, HCITIS OBO CEGAS - ISV (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**